

ETNOGRAFIA NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS: DA CARACTERIZAÇÃO ECO-SOCIAL À DIMENSÃO SIMBÓLICA

Luís Fernandes

O INVESTIGADOR FACE AOS OBJETOS-PROBLEMA

Por que nos interessamos por uma dada realidade social e fazemos dela nosso objeto de pesquisa? Como evoluímos na sua problematização e aprofundamos os nossos modos de trabalho empírico? Ao longo deste texto darei conta da convergência de dois aspetos determinantes nas escolhas do investigador: o modo como novos fenómenos se vão convertendo em “problemas sociais”, oferecendo-se assim como objetos-problema à comunidade científica; e o modo como cada investigador se vai construindo no interior das redes informais de pesquisa em que se socializa. É sobre estas redes que falarei no início deste texto, dando conta da minha aculturação como “especialista das drogas”, para a partir daí me debruçar sobre uma abordagem eco-social do fenómeno droga possibilitada pelo trabalho etnográfico levado a cabo no Porto entre 1990 e a atualidade.

Em suma, o que aqui proponho é um breve percurso pelo modo como o investigador constrói a sua autonomia no meio da diversidade dos especialistas, das suas distintas abordagens e modos de conceber e intervir na realidade que estudam; é a tomada de consciência duma trajetória inscrita num campo

de possibilidades, que fez de mim etnógrafo dos territórios das “drogas duras” e me levou ao aprofundamento da expressão eco-social dos atores e dos territórios psicotrópicos em contexto urbano.

OS ETNÓGRAFOS DA HEROÍNA

No princípio do milénio, ao fazer a recensão de um livro sobre os territórios da venda e consumo de heroína em Lisboa, utilizava a expressão “os etnógrafos da heroína”.¹ Referia-me à série de trabalhos que podemos remontar aos anos 1950 com Everett Hughes ou aos 1960 com Preble e Casey; e que realizam a convergência entre *street ethnography* e interacionismo simbólico, produzindo um olhar sobre o fenómeno droga que questionava as dicotomias convencionais norma-desvio, saúde-doença, normal-anormal, ordem-crime.²

Na Europa, o fenómeno chamaria a atenção pública, sobretudo, a partir dos anos 1980, referimo nos aos países da Europa ocidental, pois os de leste estavam ainda, na sua maioria, sob a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e só com os anos 1990 já avançados teremos notícia do rápido crescimento do consumo de drogas na sua população juvenil. Então, coube aos investigadores, que começaram então a dedicar-se ao fenómeno droga, debruçar-se sobre aquilo que muitos responsáveis políticos chamavam “uma praga”, tal era o aumento dos consumidores do opiáceo e a disseminação dos mercados de rua onde a heroína se mostrava um produto de grande valor comercial.

Assim, estava em formação uma nova comunidade científica e interventiva, desde os terapeutas de várias tendências

1 Trata-se da obra *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*, de Luís Vasconcelos (2003).

2 Para uma síntese deste campo de estudos ver Ogien (2000).

clínicas aos epidemiologistas ou aos especialistas da prevenção. Predominavam os psicólogos – profissão muito recente, pois só após a revolução de abril de 1974 seria criada a formação em psicologia nas universidades –, mas o campo ia crescendo de um modo multidisciplinar: médicos, psiquiatras, enfermeiros, técnicos de serviço social, juristas. E, em 2002, dizíamos o seguinte a propósito da situação em Portugal:

A já considerável produção científica que se vem fazendo entre nós não autoriza a afirmar que estamos perante uma comunidade científica estabilizada. Com efeito, ela não existe no sentido kuhniano do termo. Não há um paradigma que pacifique a discussão, que defina inequivocamente o objeto, que indique claramente os problemas a investigar e os métodos a empregar. Bastaria aqui invocar a definição do toxicodependente enquanto doente ou a discussão sobre a importância respectiva da droga, do indivíduo e do contexto na determinação do estado adictivo para o demonstrar. (FERNANDES; PINTO, 2002, p. 8)

Todo este labor tinha grande repercussão mediática, dando assim eco a um novo fenómeno social e constituindo-se como o principal construtor dos medos que, em certos momentos, se transformaram em alarme social em torno do “drogado”, do “traficante” ou dos “bairros das drogas”. E foi neste contexto que alguns etnógrafos começaram a eleger o “mundo da heroína” como fértil campo de investigação – e relembro só alguns dos que primeiro realizaram descrições densas, para falar como Geertz, e estabeleceram conceitos capazes de ler esta nova realidade.

Aliás, penso em Rudolph Ingold, que em França realizaria esta coisa singular de ser um psiquiatra a fazer, em meados dos anos 80, os primeiros trabalhos etnográficos importantes com os heroinodependentes das ruas de Paris (INGOLD, 1984, 1987); penso em Oriol Romani, que introduz a abordagem etnográfica dos usos de drogas na então nascente antropologia

urbana em Espanha, pesquisando, primeiro, o haxixe nas práticas juvenis em Barcelona e, depois, os estilos de vida e as trajetórias de heroíno dependentes (ARTIAGA; ALFONSO, 1985); penso em Juan Pallarés Gómez (1995) ou Aurélio Díaz (1998), e na sua abordagem naturalista respetivamente dos mundos da heroína e da cocaína, ambos dirigidos por Oriol Romani .

Alguns destes investigadores, em conjunto com juristas, psiquiatras, psicólogos e trabalhadores sociais que se juntaram ao catalão Grup Igia, constituíram uma verdadeira escola com papel importante na formação duma consciência crítica.³ Saliendo duas importantes vertentes desta consciência: a contestação ao *status quo* da “guerra às drogas” e a reivindicação de uma nova política interventiva, juntando-se à então nascente redução de danos, hoje, internacionalmente consagrada. Mas, para o conseguir foi necessário autonomizar-se em relação aos dois eixos da visão hegemónica do “problema da droga”: o jurídico-penal que sustentava o proibicionismo e o medico-psicológico que sustentava o modelo da abstinência. Para esta autonomia, foram decisivas as contribuições da antropologia urbana e dos estudos etnográficos, levados a cabo em alguns dos mais importantes cenários de consumo: os territórios psicotrópicos.

Seria assim com naturalidade que, liderado inicialmente pelo Grup Igia, um conjunto de profissionais do campo das drogas lançaria as Conferências Latinas de Redução de Riscos (CLAT). No seu núcleo fundador, em 2001, estavam também a França, a Suíça e a Itália, a que se juntaria, em 2003, a Portugal. Foram organizados cinco congressos entre 2001 e 2009, começando em Barcelona e acabando no Porto; seriam lugares de encontro e discussão criativos e livres, participados por coletivos de utilizadores de substâncias psicoativas e que tiveram

3 Salientámos as obras de Gonzalez e demais autores (1989), Mosquera e Rovireta (2000) e O’Hare e demais autores (1995).

um papel na afirmação das políticas de redução de riscos e no impulso para a criação de equipas a atuar diretamente nos territórios psicotrópicos.⁴

Atravesso agora em direção ao continente americano e digo da importância da etnografia de Phillipe Bourgois, primeiro nos mundos do crack no Harlém novaiorquino (BOURGOIS, 1995), fazendo o seu trabalho de campo na mesma altura em que eu iniciava a etnografia nos “bairros duros” do Porto, depois com toxicodependentes sem-abrigo em São Francisco.⁵ Penso também no Brasil e na inspiração que foi para mim Alba Zaluar, com a sua etnografia da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro (ZALUAR, 1985); penso em Gilberto Velho, cuja passagem pela etnografia das drogas em final dos anos 1970 seria fugaz, mas marcante (VELHO, 1998); penso ainda em Tarcísio Andrade e no seu trabalho de campo nas zonas de pobreza e marginalidade da Bahia (ANDRADE, 1996), ou em MacRae e Simões (2000) com as suas “rodas de fumo”; ou ainda nos trabalhos que Rubens Adorno dirigiu na cracolândia de São Paulo (ADORNO et al., 2013; RAUPP; ADORNO, 2010).

Com todos estes etnógrafos, aprendi a fazer trabalho de campo e a pensar o fenómeno droga para lá dos esteriótipos mediáticos ou do reducionismo clínico que na altura caracterizava o discurso emanado dos especialistas do tratamento. Aliás,

4 Vale a pena deixar registado que na liderança do Grup Igia estavam nessa altura Oriol Romani e Miguel de Andrès, que na França estava representada por Lia Cavalcanti, a brasileira fundadora e presidente da emblemática associação parisiense *Espoir Goute d’Or* (EGO), Jean Marc Priez ou Thierry Charlroi, da parisiense *tecnoplus*, pioneira na redução de riscos em contextos festivos; Annie Minô e Vivianne Prats, da Suíça; Paolo Lamarka e Stefano, da Itália; Maurício Sepúlveda, do Chile e nós próprios representando Portugal. A última CLAT, em 2009 no Porto, teria uma presença significativa de especialistas brasileiros, como Tarcísio Andrade (Bahia), Regina Medeiros (Belo Horizonte), Maria da Glória Melcop (Recife) ou Luis Eduardo Soares (Rio de Janeiro).

5 Para uma visão panorâmica do seu trabalho ver a entrevista que realizei consigo em Lisboa. (FERNANDES, 2009)

com todos os que nomeei acima tive o privilégio de entreter conversas sobre a nossa paixão comum dos “mundos das drogas” e, da arte e ofício da etnografia. Não fazia ideia, em tantas destas conversas, da riqueza do que estávamos ali a trocar, mas tenho-o dito sempre que procuro ensinar doutorandos a fazer etnografia – ou simplesmente a conhecer este estilo de pesquisa – que ela se faz, sobretudo, na transmissão oral partilhada com quem já fez. Processo que é uma espécie de artesanato do método de pesquisa em ciências sociais e humanas, que como qualquer arte tradicional se aprende no contacto com o mestre, manejando as ferramentas da sua oficina, escutando os seus conselhos, mas, sobretudo, o relato das suas peripécias e andanças, os seus expedientes para avançar e sair do impasse que é a realidade quando teima em não se deixar interrogar.

Entretanto, o “mundo da heroína” continuava a ser encenado na narrativa midiática a partir das zonas onde degradação urbana, marginalidade e crime se amalgamavam, ou a partir de reportagens sobre as constantes recaídas dos heroinodependentes. Retratava-se uma espécie de calvário que só admitia duas saídas: a cruxificação da overdose ou a ressurreição da abstinência. O adicto ao opiáceo, tantas vezes um “politoxicómano”, como diziam os especialistas referindo-se a uma trajetória em que todos os produtos eram pretexto para a vertigem, era mais um mártir do que um doente – pesem os esforços do dispositivo medico-sanitário para impôr esta segunda imagem. Assim, foi justamente a desconfiança relativamente a estas imagens dominantes – desconfiança, entenda-se, no sentido filosófico do termo – que me levou à decisão de dirigir o meu trabalho de campo para as zonas que eram apontadas como locais do “mundo da droga”.

O QUE É UM TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO?

Quando, em 1990, iniciei a minha primeira etnografia naquele que era – e é ainda hoje – um dos principais “bairros das

drogas” no Porto, situado na periferia ocidental da cidade, a concentração espacial de atores da venda e do consumo de heroína tornava-se evidente logo aos primeiros olhares. O evoluir das observações depressa mostraria que estas concentrações não estavam distribuídas aleatoriamente pelo bairro, antes se organizavam sob a forma de territórios, no sentido que lhe confere a etologia. Sintetizávamos o tema num texto dessa época deste modo:

A cidade química é um conjunto de territórios: uns relativamente visíveis, porque são feitos de ruas, de esquinas ou de partes de bairros; outros relativamente ocultos porque são feitos de clubes noturnos de entradas selecionadas, de apartamentos ou de ‘meetings’ privados. Se bem que a droga seja um facto espalhado nos diferentes contextos e nas diferentes classes, uns e outras podem ser mais expostos ou mais opacos, mais vulneráveis ou mais defendidos. Todo o mercado ilícito precisa duma frente visível para funcionar, uma ‘montra’ que ofereça o produto e assegure a transação. Esta é uma das razões que está na base da formação de *territórios das drogas*. (FERNANDES, 1993, p. 200, grifo do autor)

Com o evoluir da pesquisa etnográfica, que a partir de 1997 se desenrolaria também num “bairro das drogas” situado na periferia oriental da cidade, aprofundou-se a definição de território psicotrópico: é um atrator de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para aspetos instrumentais ligados a um estilo de vida em que aquelas têm um papel central. Os territórios psicotrópicos são cenários de conduta, isto é, têm um programa comportamental associado que é do conhecimento dos atores.⁶

6 Cenário de conduta é a tradução proposta para “behavioral setting”. Wicker (1987) considera certos territórios como “behavioral settings” sempre que dispõem de um programa comportamental bem definido e conhecido/reproduzido pelos seus atores. A estrutura e o funcionamento do “behavioral setting” não dependem de indivíduos concretos, mas da estabilidade

Os cenários de conduta são supraindividuais, os seus programas comportamentais pré-existem aos seus frequentadores e não dependem de nenhum deles em particular. A esta luz, os indivíduos de cujas práticas resulta o funcionamento do território podem ser considerados equipotenciais. Ademais, veremos mais à frente como esta característica permite, pelo menos em parte, explicar a resistência e a longevidade destes territórios, apesar das inúmeras tentativas das forças policiais para os desarticular

O território psicotrópico é o elo final da cadeia de distribuição de substâncias psicoativas ilegais, onde se realiza o encontro entre o vendedor e o consumidor. Esta definição permite estabelecer vários tipos de territórios psicotrópicos, como os existentes nos contextos festivos ou os de interior (apartamento). Ao longo da minha investigação trabalhei sempre em territórios psicotrópicos de rua situados em periferias sociais, que são os mais mediatizados e em torno dos quais se constroem imagens de desordem, de criminalidade e de marginalidade. Embora os haja em pleno centro urbano, os mais importantes no Porto estão na periferia da cidade, em alguns bairros sociais que, por causa deles, ganharam notoriedade em toda a cidade e mesmo no país.

Entre 2009 e 2010, em nova pesquisa etnográfica (FERNANDES; RAMOS, 2010) na zona oriental da cidade, desta vez nos espaços em que havia ocorrido pouco tempo antes a demolição do mais etiquetado “bairro das drogas” do início do milénio, dávamos conta da existência de dois tipos de atores – os “flutuantes” e os “residentes”, de que falaremos na secção seguinte, por agora interessa dizer que foi a propósito deles que falámos de *plataformas junkie*. Os “flutuantes” e os “residentes” são os atores que dão o carácter de plataforma a um dado território

do programa comportamental. Para uma revisão recente do conceito de “behavioral setting” ver Popov e Champalov (2012).

psicotrópico. Plataformas são lugares de grande movimentação de atividades *drug*, onde uns vêm e logo se vão, onde outros estão em permanência, mas em condições precárias, que asseguram a logística para as necessidades do consumo de drogas no imediato.

As plataformas são territórios psicotrópicos, mas estes não são necessariamente plataformas, pois podem não ter a dimensão e o intenso movimento de vai-vem que os transforma naquelas. Sejam ou não plataformas, os territórios psicotrópicos desempenham um papel instrumental ao serviço de quem “anda na vida”, ou de quem está “na vida do andamento”, para ser fiel à linguagem dos utilizadores. Atraindo-os a si, permitem-lhes a aquisição e o consumo do “produto”, bem como a obtenção duma série de informações estratégicas para a “vida da droga”.

COMO SE ORGANIZA UM TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO?

De um modo esquemático consideraremos três elementos estruturantes da organização de um território psicotrópico: tipos de drogas, tipos de atores e tipos de espaços.

Tipos de drogas

Uma das funções centrais de um território psicotrópico e aquela que é mais destacada pelo discurso mediático é a venda de drogas, além disso, nos territórios de periferia desqualificada o leque de substâncias transacionadas é pequeno, com a quase exclusividade da heroína e da base de coca.⁷

⁷ A base de coca é muitas vezes confeccionada pelos próprios vendedores, adicionando bicarbonato de sódio à cocaína, obtém-se, assim, um produto próximo do *crack* e bastante mais barato do que a cocaína. A sua progressiva expansão ao longo dos anos 1990 fez com que os utilizadores de

Em sintonia com o grande poder adictivo destas substâncias, normalmente designadas como drogas duras, estamos perante territórios psicotrópicos duros: espaços no interior ou nas imediações de cenários de pobreza urbana típicos da periferia desqualificada. Essa constatação é coincidente com a de investigações conduzidas em periferias desqualificadas de cidades em vários continentes: um dos elementos que se mostram constantes neste tipo de contextos urbanos e periurbanos é o consumo e o comércio ligado à economia subterrânea das drogas, tal como constatámos numa revisão de literatura em que procurávamos identificar os signos distintivos destes contextos. (FERNANDES; MATA, 2015)

Embora haja circulação e consumo de cannabis, normalmente sob a forma de haxixe, estes territórios não são locais onde ocorra a sua procura, que, ao contrário da heroína e da base de coca, tem uma grande disseminação de pontos de venda e consumo um pouco por todo o espaço urbano, incluindo os seus lugares mais centrais associados ao lazer e às sociabilidades juvenis noturnas. Outras drogas com protagonismo na atualidade, como o *ecstasy* ou as substâncias psicadélicas, estão praticamente ausentes – os seus territórios de eleição fazem parte de outros roteiros urbanos.

Tipos de atores

A figura do “heroinodependente”, que o discurso clínico teceu entre finais dos anos 1970 e os 1990, isto é, entre o começo do fenómeno droga como problema claramente identificado na sociedade portuguesa e o crescimento duma “epidemia da heroína”, desdobra-se em várias figuras, quando visto de perto através do olhar etnográfico. Assim, as duas figuras centrais destes territórios são o *dealer* e o “agarrado”: um assegura a

heroína passassem quase sempre a alternar os consumos do opiáceo com os da “base”.

venda, o outro assegura a compra do produto, normalmente heroína ou base de coca, como vimos. Mas, estes dois tipos de atores não podem distinguir-se tão nitidamente: há *dealers* que estão “agarrados”, há “agarrados” que coadjuvam os *dealers* na venda como modo de financiar o seu consumo pessoal, tal como os próprios textos legais reconhecem quando falam na figura do “traficante-consumidor”.

Os utilizadores de drogas que vão ou estão num território psicotrópico podem ser divididos em esporádicos, “flutuantes” e “residentes”. Como o nome indica, os esporádicos não têm presença frequente no território e têm pouco envolvimento com as suas redes de sociabilidade ou de cooperação, por exemplo, na venda de substâncias; os “flutuantes” vão com grande frequência ao território, várias vezes ao dia muitos deles, sempre que precisam de se abastecer de heroína e/ou base; os “residentes” correspondem ao “agarrado” com um intenso envolvimento com o consumo, normalmente com grande dependência e marcas físicas e psicológicas visíveis. O seu grau de adicção e a sucessiva perda de laços leva-os a estarem em permanência nos territórios, de modo a se encontrarem perto do abastecimento e das relações de sociabilidade instrumentais para os seus consumos continuados. A etiqueta “residentes” vem do facto de alguns fazerem destes espaços o seu lugar de vida, habitando em casas abandonadas, em barracos (construções precárias), em fábricas abandonadas ou mesmo em tendas de campismo.

Entre *dealers* e consumidores há outras figuras, necessárias ao bom funcionamento do território psicotrópico: “capeadores”, que anunciam o produto, dando indicações aos compradores de modo a cooptá-los para o *dealer* para o qual trabalham; os “vigias”, que desempenham um papel de observação de aproximações de pessoas ou veículos para deteção de potenciais ameaças à atividade que ali se desenrola; “enfermeiros”, que

são consumidores por via intravenosa experientes que ajudam os menos hábeis a injetar.

Desde o início do milénio, há também outro tipo de ator com presença assídua em alguns destes territórios. Isso acontece naqueles que estão assinalados como mais problemáticos a partir de um “diagnóstico territorial” pelo Serviço de Intervenção em Comportamentos Adictivos e Dependências (Sicad), o organismo público que gere o “problema da droga”. As equipas de rua vão diariamente por uma ou duas horas ao terreno, possibilitando assim o contacto próximo entre os profissionais de redução de riscos e minimização de danos – quase sempre psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros – e os utilizadores de drogas. Algumas dessas equipas têm também um educador de pares, que é um utilizador de drogas a quem foi dada alguma formação técnica que lhe permita potenciar o seu conhecimento experiencial do fenómeno e do tipo de atores, tendo um papel facilitador e mediador da relação entre profissionais e utilizadores.

Tipos de espaços

Por que se situam maioritariamente os territórios psicotrópicos de rua de drogas duras neste tipo de zonas urbanas? A questão assume maior relevância pois, como vimos atrás, este é um dado recorrente na investigação sobre a periferia desqualificada numa grande diversidade de cidades espalhadas por vários continentes. O nosso trabalho de campo foi mostrando que os territórios psicotrópicos se formam e estabilizam temporalmente nas zonas onde melhor se tem dado a adaptação das drogas ao espaço urbano, tendo em conta o estatuto estigmatizado que elas têm nas nossas sociedades. Nessas zonas, cruzam-se três dimensões: a económica, a ecológica e a psicológica. Vejamos muito brevemente cada uma delas.

Dimensão económica: na condição precarizada da periferia desqualificada o mercado das drogas assume um valor instrumental que supera largamente outras formas de economia paralela, mas não necessariamente criminal, a que grupos vulnerabilizados sempre recorreram. A elevada taxa de desemprego, as baixas qualificações profissionais que tornam o trabalho formal quase uma miragem e o abandono escolar são circunstâncias que facilitam a adesão a alguma das várias tarefas necessárias ao funcionamento do mercado de rua das drogas.⁸

É importante sublinhar que os processos de marginalização não são consequência da instalação de um mercado das drogas nestes bairros sociais, fazendo, isso sim, parte da sua história. Mas, é igualmente importante salientar que a presença destes mercados tem pelo menos duas consequências: produz clivagens internas na sua população criando um potencial de conflito e coloca estes bairros no mapa dos “casos de polícia”; o que, em conjunto com o impacto mediático do “tráfico”, reforça os processos de marginalização já em curso. Encontrámos em Ruggiero e South (1996, p. 327) a expressão clara deste movimento entre a normatividade e a marginalidade que realizam as economias subterrâneas:

O crime enquanto trabalho não é só uma metáfora, mas uma descrição justa das atividades que são conduzidas em certas partes da grande cidade do fim da era moderna, onde os particulares se apoiam de maneira intermitente em oportunidades legais e ilegais. Dito noutros termos, os particulares implicados nas economias ilegais adoptam e adaptam um modelo de comportamento legítimo, mas ao fazê-lo, passam da economia oficial à clandestina - e vice-versa. Neste processo, eles negociam constantemente a aceitabilidade moral do seu comportamento.

8 Nos anos em que estes mercados se foram instalando o desemprego rondava os 20% nos bairros sociais onde fizemos trabalho de campo, contrastando com os 6% do resto da cidade. Este contraste viria a acentuar-se no início do milénio.

Dimensão ecológica: os territórios psicotrópicos formam-se maioritariamente nas periferias sociais, porque a ecologia destas os favorece. A sobrevivência duma atividade tão criminalizada e reprimida como é a venda de drogas ilegais depende da sua capacidade de defesa, mesmo o consumo, apesar de descriminalizado, não pode ser feito nos espaços públicos e continua sujeito a um olhar social de censura. Quer pela sua localização periférica, quer pela desvalorização simbólica que a cidade dominante lhe dirige, a periferia social é um espaço onde incidem menos as estratégias de normalização decorrentes do controle social informal. Mas também, o controle que é levado a cabo pelas forças policiais tem aqui dificuldades: o êxito das atividades de defesa perante estas ações está potenciado, seja pela possibilidade de vigiar aproximações do exterior – um bairro é um território que instaura uma separação nítida fora/ dentro) –, seja pela configuração interna dos bairros, que permite a recriação semi-privada de espaços públicos.

Assim, constituem-se, deste modo, autênticos territórios de refúgio, áreas de pouca visibilidade a partir da cidade dominante. Aliás, se adotássemos a linguagem goffmaniana diríamos estar perante os bastidores, por contraste com a cena; se adotássemos a do cronista carioca João do Rio diríamos estar perante o contraste entre a cena e a obscena; mas diremos, como Fischer (1994) que estamos perante zonas intersticiais que albergam uma vida social paralela. A adaptação ecológica do fenómeno droga à sua definição social como desviante e marginal determina-lhe um movimento em direção a zonas onde a resistência à normalização pode ser otimizada.

Dimensão psicológica: as substâncias psicoativas agem na mente e no comportamento, desempenhando por isso um papel na economia psicológica dos indivíduos. Relembremos uma das premissas básicas do interacionismo simbólico a respeito dos usos de drogas: “As drogas são um meio comum de resolução de problemas; os grupos selecionam as drogas cujas proprie-

dades psicotrópicas parecem mais adequadas aos seus problemas; os efeitos das drogas são moldados e interpretados em termos da cultura do usuário”. (YOUNG, 1971, p. 71)

Os territórios mais duros, aqueles que, pelo menos simbolicamente, a cidade foi segregando, têm tendência a ser representados como *ghettos*. Não discutirei a adequação desta etiqueta a tais matrizes eco-sociais, detenho-me sim nas reverberações semânticas da palavra: o *ghetto* é o sítio que a cidade afastou e que se afastou da cidade.⁹ Louis Wirth, o sociólogo da Escola de Chicago que fez a análise da ecologia social do *ghetto*, diz que ele é não só um espaço físico, mas um estado da mente. Ora, a nossa hipótese é a de que o modo de agir sobre si que a heroína permite se liga bem à matriz ecológica do *ghetto*, a narcose induzida pelo opiáceo produz a distância do mundo e a quietação – o tempo ganha outra dimensão, urge menos. Trata-se duma proposta de anestesia que, num sítio que a cidade adiou, permite tudo deixar para o dia seguinte, onde a dura realidade pesa menos e o tempo, suspenso, não tortura.

Ademais, Howard Becker, no seu clássico *Outsiders: studies in the sociology of deviance* (1963), descreve o “estado da marijuana”. Por analogia, o estado da heroína é a fase avançada do contacto com esta droga em que o indivíduo olha o mundo através do filtro opiáceo. Evita de tal modo o tempo em que não está sob o seu efeito, já que todo o tempo que vive é governado por ele. O estado da heroína caracteriza-se por um tempo interior específico próprio à economia psicológica da ghettização.

Ser “agarrado” (às drogas duras) na periferia desqualificada é uma experiência radical em que espaço, tempo e corpo são vividos no limite: o espaço, limitado ao território psicotrópico, confina o sujeito, como nos mostra o exemplo dos “capeadores”, dos “flutuantes” e, sobretudo, dos “residentes”; o tempo, acabámos de o ver, é intervencionado, desacelerando quase até

9 Para a discussão sociológica da figura do *ghetto*, ver Wacquant (2005).

à sua neutralização; o corpo é a fronteira que tem de ser atravessada para incorporar a droga, exibindo as marcas desta resistência e os sinais da luta entre a sua natureza bioquímica e a química exógena que vem interferir com esta ordem natural.

Em suma, à medida que percorremos as dimensões do território psicotrópico fomos vendo como, para além de espaço dotado de uma materialidade física – isto é, lugar concreto, referente espacial para quem “anda na droga” –, é também um lugar no espaço mental dos seus frequentadores. Veremos na secção seguinte ainda como tem também uma dimensão simbólica construída e utilizada nas trocas entre cidade dominante e as suas figuras da desordem.

A DIALÉTICA ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

A proliferação de territórios psicotrópicos, principalmente, nos anéis periféricos de bairros sociais de Porto e Lisboa, viria a ter uma forte repercussão nos meios de comunicação de massas. O cidadão comum não tem, em geral, experiência direta destes espaços e atores, construindo a sua representação a partir destas propostas mediáticas. Assim, a materialidade dos territórios psicotrópicos gera, por efeito da intensa procura e difusão de narrativas mediáticas em seu redor, todo um plano simbólico. Diríamos que o evitamento experiencial por parte do cidadão comum abre passo a uma redução cognitiva, que apreende estes espaços e suas populações a partir de elementos discursivos mais ou menos estereotipados veiculados pelo discurso de que são objeto.

Apesar da sua pouca visibilidade direta graças à fixação em zonas urbanas com as características eco-sociais a que já aludimos, estes territórios incorporam a imagem da cidade por meio duma narrativa que os transforma em “hipermercados das drogas”, em “bairros do tráfico”, onde se concentram “trafican-

tes”, “drogados/toxicodependentes”, “marginais”, “criminosos”. Por sua vez, estes efeitos simbólicos produzirão consequências ao nível dos mecanismos de controle social, visíveis tanto na alteração das estratégias policiais como na gestão urbana dos “bairros problemáticos”. É como se a droga transbordasse destes bairros, abatendo-se sobre a vida diária da cidade central sob a forma de arrumadores de automóveis que surgiam um pouco por todo o centro da cidade e em qualquer acontecimento da pequena criminalidade predatória – em todos eles se lia a presença e a autoria do “drogado”.¹⁰

O debate público elevava o “combate à droga” à categoria de prioridade nacional: nos anos 1990 aparece nas sondagens entre as três preocupações mais urgentes e o direito criminal reforça em 1993 a moldura penal para os crimes de tráfico. De tal modo os trabalhos policial e penal se aplicaram neste combate que as prisões portuguesas atingiram nos finais dos anos 1990 a sua lotação máxima, nalguns casos mesmo a sobrelotação, enchendo-se com um novo tipo de recluso oriundo na sua maior parte dos “bairros problemáticos” das periferias de Porto e Lisboa.¹¹ De tal modo este movimento em direção ao cárcere foi visível que Manuela Ivone Cunha, fazendo a etnografia de uma prisão feminina onde 90% das mulheres estavam presas por tráfico de drogas, intitularia a sua monografia de *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos*. (CUNHA, 2002)

Todo este cenário foi também pretexto para intervenções urbanísticas do poder autárquico do Porto, decidindo a demolição dos dois mais conhecidos “bairros das drogas”: o Aleixo e o S.

10 Para uma análise desta recente figura da marginalidade que passou a ser presença quotidiana nas grandes cidades portuguesas, o arrumador de automóveis, ver Fernandes (2015).

11 Desde o início do milénio a população reclusa está estabilizada, tendo mesmo ocorrido uma diminuição nos anos seguintes ao da entrada em vigor da lei da descriminalização do consumo de drogas, em 2001. Para uma análise detalhada deste movimento de encarceramento impulsionado pelo “combate à droga” ver Luís Fernandes e Rosário Silva (2009).

João de Deus. O discurso dos dirigentes políticos centrava-se na necessidade de combater eficazmente zonas que eram dominadas pelo tráfico, legitimando assim ações de controle urbano que seriam levadas a cabo entre 2002 e 2006 – demolição do S. João de Deus – e 2011 – demolição do Aleixo, entretanto interrompida com a mudança política na gestão do município.

O território psicotrópico é, pois, também lugar simbólico; concentrando nele os sinais daquilo que importa conter em nome da ordem pública e do governo da cidade, autoriza o reforço do controle sobre as populações periféricas. Se ele é o lugar de onde emanam os sinais nos quais queremos ver a desordem, torna-se a sede de uma série de efeitos simbólicos cujo grande poder consiste em regressar ao plano material. Que melhor exemplo do que o do desaparecimento de bairros do mapa da cidade para o ilustrar?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F. *et al.* Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde & Transformação Social = Health & Social Change*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4-13, 2013. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/2246/2646>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ANDRADE, T. *Condições Psicossociais e exposição ao risco de infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis em uma comunidade marginalizada de Salvador – Bahia*. 1996. Tese (Doutorado em Medicina) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- ARTIAGA, J. F.; ALFONSO, O. R. (coord.). *Dejar la heroína: vivencias, contenidos y circunstancias de los procesos de recuperación*. Madrid: Cruz Roja Española, 1985.
- BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.
- BOURGOIS, P. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

- CUNHA, M. I. P. da. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.
- DÍAZ, A. *Hoja, pasta, polvo y roca: el consumo de los derivados de la coca*. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1998.
- FERNANDES, L. Questionar a dicotomia normal.desviante: o empreendedorismo de margem dos arrumadores de automóveis. In: EILAT, G. et al. (org.). *Como (falar sobre) coisas que não existem: um livro a partir da 31ª Bienal de São Paulo*. Porto: Fundação de Serralves, 2015. p.198-207.
- FERNANDES, L. Tão perto de casa, tão longe de nós: etnografia das novas margens no centro da urbe. Entrevistado: Philippe Bourgois. *Etnográfica*, [s. n.], v. 13, n. 1, p. 197-211, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1291>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- FERNANDES, L. Territórios psicotrópicos. In: AGRA, C. da. (ed.). *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Redicário, 1993. p. 195-239
- FERNANDES, L.; MATA, S. Viver nas “periferias desqualificadas”: do que diz a literatura às percepções de interventores comunitários. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2015.
- FERNANDES, L.; PINTO, M. Do que se tem ao que não há: práticas de investigação e comunidade científica das drogas em Portugal. *Toxicoddependências*, Lisboa, v. 8, n. 3, p. 3-10, 2002. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/6896/2/83560.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- FERNANDES, L.; RAMOS, A. Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicoddependências*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 15-27, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tox/v16n2/v16n2a02.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- FERNANDES, L.; SILVA, M. do R. O que a droga fez à prisão: um percurso a partir das terapias de substituição opiácea. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, 2009. Disponível em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22918/2/15061.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FISCHER, G.-N. *A psicologia social do ambiente*. Lisboa: Editorial Piaget, 1994.

GÓMEZ, J. P. *El placer del escorpión: Antropología de la heroína y los yonquis (1970-1990)*. Lleida: Milenio Publicaciones, 1995.

GONZALEZ, C. *et al. Repensar las drogas: hipótesis de la influencia de una política criminal liberalizadora respecto a las drogas, sobre los costes sociales, las pautas de consumo y los sistemas de recuperación*. Barcelona: Grup Igia, 1989.

INGOLD, R. La dépendence économique, *Science & Vie*, [s. n.], v. 160, 1987.

INGOLD, R. La dépendance économique chez les héroïnomanes. *Revue internationale de criminologie et de police technique*, Genève, v. 3, p. 331-338, 1984.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador: Edufba, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4702/1/Rodas%20de%20fumo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MOSQUERA, M. de A.; ROVIRETA, G. B. *Contexto, sujetos y drogas: un manual sobre drogodependencias*. Barcelona: Grup Igia, 2000.

OGIEN, A. Sociologie de la déviance et usages de drogues: une contribution de la sociologie américaine. *Documents du Groupement de Recherche Psychotropes, Politiques et Société*, Paris, n. 5, avril-juin 2000.

O'HARE, P. *et al. La reducción de los daños relacionados con las drogas*. Barcelona: Grup Igia, 1995.

POPOV, L.; CHOMPALOV, I. Crossing Over: The Interdisciplinary Meaning of Behavior Setting Theory. *International Journal of Humanities and Social Science*, [s. l.], v. 2, n. 19, p. 18-27, Oct. 2012. Disponível em: http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_2_No_19_Special_Issue_October_2012/2.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

RAUPP, L.; ADORNO, R. de C. F. Uso de crack na cidade de São Paulo / Brasil. *Toxicodependências*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 29-37,

2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tox/v16n2/v16n2a03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RUGGIERO, V.; SOUTH, N. La ville de la fin de l'ère moderne en tant que bazar: marches de stupéfiants, entreprise illégale et les "barricades". *Déviance et Société*, Genève, v. 20, n. 4, p. 317-333, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ds_0378-7931_1996_num_20_4_1616. Acesso em: 20 fev. 2019.

VASCONCELOS, L. *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

VELHO, G. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1998.

WACQUANT, L. Les deux visages du ghetto: construire un concept sociologique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, [s. l.], v. 160, p. 4-21, 2005.

WICKER, A. Behavior settings reconsidered: temporal stages, resources, internadynamics, context. In: STOKOLS, D.; ALTMAN, I. (org.). *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Willey & Sons, 1987. p. 613-653.

YOUNG, J. *The Drugtakers: the Social Meaning of Drug Use*. Londres: Paladin, 1971.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.